

A notícia de abertura do TJ ao longo de 50 anos (1959-2009)

Felisbela Lopes, Manuel Pinto, Madalena Oliveira, Helena Sousa*

Resumo

Se por noticiário televisivo entendermos um conjunto de peças organizadas de modo global, um alinhamento deverá sempre funcionar como um todo, apresentando uma evolução na continuidade. Se por alinhamento do telejornal concebermos a imagem de um *continuum* ao longo do qual as notícias passam de quentes a frias, de sérias a lúdicas, a primeira notícia, a de abertura, apresenta um particular interesse. Ela reflecte aquilo que de mais importante acontece no país e no mundo, integra-se num conjunto de que se espera uma certa coerência e assume-se como o mais significativo do noticiário: é a primeira. Neste artigo analisamos a abertura do *Telejornal* da RTP desde 1959 até 2009. Distinguimos nesse trabalho quatro períodos que nos parecem distintos na História da Televisão Portuguesa: 1) o Estado Novo; 2) o 25 de Abril; 3) os anos de democracia em regime de monopólio televisivo; e 4) o período pós-TV privadas. Através desta análise queremos conhecer aquilo que, em meio século, o mais antigo programa de informação considerou ser o mais relevante no país e no mundo e, através disso, perceber a evolução dos registos de noticiabilidade aí destacados, o que nos ajudará a compreender melhor a evolução do jornalismo televisivo.

Palavras-chave: Telejornal, RTP, notícia de abertura, serviço público de TV.

A análise da notícia de abertura do *Telejornal* entre 1959 e 2009 verifica-se no momento em que este programa assinala 50 anos de existência. Trata-se, pois, do formato mais antigo da televisão portuguesa. Ao reflectir aquilo que se considera serem os acontecimentos mais importantes de Portugal e do mundo, o TJ vai espelhando um certo modo de olhar a nossa sociedade e, simultaneamente, desenhando um determinado espaço

* Investigadores do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (felisbela@ics.uminho.pt; mpinto@ics.uminho.pt; madalena.oliveira@ics.uminho.pt; helena@ics.uminho.pt)

público. Por outro lado, vai absorvendo o modo de fazer jornalismo próprio de uma época e ditando diferentes contornos para o campo jornalístico que, nestes anos, foi adquirindo renovadas configurações, elas próprias marcadas pelas vicissitudes históricas: ditadura, revolução de Abril... Situado num lugar central da grelha televisiva (o horário nobre), este noticiário assume-se também como espaço estruturante da identidade de uma estação. Estudar hoje aquilo que foi o *Telejornal* da RTP nestes 50 anos é reflectir sobre a sociedade que fomos, o desenho do campo jornalístico que a TV ajudou a construir e a história da própria empresa de serviço público de televisão.

Apesar de contar já meio século, o TJ não tem sido muito estudado em Portugal, embora os ângulos de análise possíveis sejam múltiplos. Neste trabalho, detemo-nos na peça de abertura, aquela que lidera um alinhamento onde as notícias tendem a ser colocadas por ordem decrescente de importância. Este estudo permite-nos perceber aquilo que, ao longo de meio século, o jornalismo televisivo considerou ser o mais relevante no país e no mundo; conhecer a evolução dos registos de noticiabilidade ao longo desses anos e perceber algumas mudanças do jornalismo televisivo entre 1959 e 2009.

2. Caminhos de análise

O noticiário televisivo é, por certo, um tipo de programa que se presta a múltiplas abordagens de investigação, sobretudo se ao formato se alia meio século de história de informação audiovisual. Dos conteúdos à cenografia, o *Telejornal* da RTP é uma fonte inesgotável de análise jornalística. O olhar crítico aqui adoptado incide exclusivamente sobre a notícia de abertura. Estabelecemos, por conseguinte, objectivos mais específicos e operativos do que os de uma análise globalizante, movidos pelo intuito de examinar as opções jornalísticas no que à primeira notícia dos alinhamentos diz respeito. Deste modo, traçámos como propósitos os seguintes aspectos: 1) perceber a que tempo e grau de previsibilidade e, concomitantemente, a que tipo de agendamento correspondem as notícias de topo; 2) compreender os temas/áreas de actualidade que parecem justificar a abertura dos noticiários; 3) traçar a geografia da notícia de abertura.

Para responder a estes desafios, procurámos os materiais disponíveis em arquivo na RTP. Não existindo registo sistemático em imagem das emissões do *Telejornal* desde 1959, uma vez que o arquivo regular das emissões é uma prática com sensivelmente trinta anos, resignámo-nos ao único instrumento que, aparentemente, poderia garantir alguma comparabilidade entre os anos em estudo: o registo escrito dos alinhamentos noticiosos, de que constam essencialmente os textos-*pivot* lidos pelos apresentadores e a indicação da emissão de peças como unidades independentes. Disponibilizados em documentos PDF, estes registos obrigam ainda assim ao reconhecimento de algumas limitações. Trata-se de textos dactilografados, com marcas manuscritas, o que, em certo sentido, nos permite confiar que foram os documentos realmente utilizados pelos apresentadores do *Telejornal* durante as emissões¹.

¹ No entanto, é impossível dizer que estes documentos, mesmo com anotações, dão conta rigorosa das eventuais alterações de última hora que, pelo menos em anos mais recentes, as emissões do *Telejornal* possam ter sofrido. Por outro lado, há

Os documentos trabalhados representam uma fonte de análise extraordinária quer do ponto de vista formal quer do ponto de vista do conteúdo. Prestando-se a análises profundas dos recursos de linguagem e da evolução do estilo jornalístico, os textos-*pivot* foram, porém, analisados essencialmente no que concerne à primeira notícia. Muitos vectores ficam, pois, com este trabalho ainda por explorar.

Também do ponto de vista global, a leitura de que este artigo pretende dar conta não se circunscreve à totalidade das emissões do *Telejornal*. Na verdade, dada a incommensurável dimensão do material disponível, seria difícil um trabalho que tivesse por objecto o conjunto das emissões diárias deste programa. No sentido de tornar a análise exequível, foi por isso estabelecida uma amostra de seis semanas de cada ano, cuja selecção obedeceu aos seguintes critérios: 1) foram considerados apenas os dias úteis, porque em determinados momentos da história do programa as edições de fim-de-semana do *Telejornal* tiveram características particulares que o distinguiram das edições de semana, nomeadamente no aparente tempo de duração da emissão informativa; 2) para garantir a comparabilidade entre os anos, foram consideradas as mesmas duas semanas, a segunda e a terceira, nos mesmos três meses, Março, Agosto e Outubro, de todos os anos. A opção por estes meses não é aleatória, prendendo-se com a ideia de que, como as grelhas de programação, também os alinhamentos sofreriam alguma mutação ao longo do ano². É certo que esta opção oculta e inviabiliza a análise de outros aspectos eventualmente relevantes. No entanto, por razões metodológicas, entendeu-se que Março seria um mês mais ou menos padrão no conjunto do ano, Agosto um mês-tipo do período de férias, e Outubro o mês que acompanha não apenas o arranque de um novo ano de trabalho (nomeadamente novo ano lectivo, em particular a partir dos anos 1970, quando o fenómeno das férias de Verão se massifica), como também o mês de consolidação de novidades ao nível da programação. Em termos estatísticos, estas opções corresponderiam a um total de 1470 emissões³ analisadas (dez dias* três meses* 49 anos⁴). O número real de emissões analisadas deu origem, no entanto, a 1400 registos, correspondendo a diferença, com efeito, às lacunas identificadas no arquivo.

Em matéria de análise propriamente dita, os alinhamentos foram dissecados na perspectiva de uma análise de conteúdo que, para além de possibilitar a apreciação sistemática de informações contidas no texto (Quivy & Campenhoudt, 2003), tem por objectivo permitir também a inferência com base em indicadores de frequência (Bardin, 2004). Como é sabido, a análise de conteúdo obriga a um trabalho de classificação nem sempre fácil de objectivar e passível de ofuscar outros aspectos potencialmente interessantes. Contudo, revelou-se um método eficaz para a sistematização de alguns

dias em falta nos arquivos, não tendo sido possível confirmar se estas omissões correspondem efectivamente a dias em que o *Telejornal* não tenha sido emitido ou se simplesmente correspondem a perdas no repositório.

² Não podendo afirmar-se uma relação entre estas duas dimensões, a informativa e a da programação, entendemos que poderia verificar-se alguma contaminação do TJ por influência das novas grelhas.

³ Em alguns períodos da sua história, o *Telejornal* tinha mais do que uma edição por dia. Por outro lado, nem sempre a edição principal foi emitida às 20h00. Momentos houve em que esta edição ia para o ar às 19h30, tendo chegado também a ser transmitida às 21h00. Para efeitos deste trabalho, analisámos apenas uma edição diária.

⁴ O 50.º ano está em curso, no momento em que produzimos este texto, pelo que, por razões óbvias, não foi considerado na amostra. A esta contabilidade, porém, acrescem algumas edições de Outubro de 1959, também analisadas.

dados, cuja leitura confere uma imagem do que terá sido a abertura dos noticiários do principal canal de serviço público durante meio século. Ora, no âmbito desta análise, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros de caracterização de que destacamos sobretudo os seguintes:

- a) **tipo de peça jornalística:** o primeiro elemento de classificação da notícia de abertura corresponde, pois, à tipologia de formas sob as quais a notícia pode ser apresentada, isto é, sob a forma de ‘pivot/slide/off isolado’; ‘pivot/slide/off em bloco temático’; ‘peça isolada’; ‘peça em bloco temático’, ‘rubrica’, ‘directo’, ‘entrevista’, ‘comentário’ e ‘editorial’;
- b) **temporalidade da notícia:** neste domínio, procura-se acima de tudo saber a que tempo se reporta a notícia emitida, isto é, se se trata de uma ‘Antecipação de acontecimentos’, se de ‘Notícias do Dia’, ou do ‘Dia Anterior’, da ‘Última Semana’, se de acontecimentos com ‘Mais de uma semana’ ou acontecimentos considerados ‘intemporais’ próprios dos retratos de situação;
- c) **previsibilidade:** concomitante do parâmetro anterior, neste procura-se compreender o grau de previsibilidade do acontecimento reportado, classificando-o em ‘Imprevisto’, ‘Previsto’, ‘Previsto com elementos imprevistos’ ou como dizendo respeito a ‘Ponto de Situação’;
- d) **agendamento:** também inseparável dos parâmetros anteriores é a questão do tipo de agendamento, a partir do qual se classificam as notícias anteriormente consideradas como previstas. Neste domínio, consideram-se várias categorias que vão desde as inaugurações e as visitas às greves e manifestações, passando naturalmente por conferências de imprensa e comunicados;
- e) **lugar:** tendo procurado o tempo da notícia, procura-se também identificar o lugar do acontecimento, distinguindo sobretudo duas grandes categorias – ‘Nacional’ e ‘Internacional’. Estas subcategorias foram operacionalizadas do seguinte modo: ‘Lisboa’, ‘Porto’, ‘ilhas’ e ‘resto do país’, no contexto nacional; por países, e consequentemente por continentes, no plano internacional;
- f) **tema:** finalmente, esta análise de conteúdo pretendeu também identificar a área temática das notícias em estudo. Considerando as áreas temáticas mais ou menos convencionais em matéria de informação – Política, Sociedade, Cultura, Economia e Desporto –, as categorias consideradas pretenderam dar conta de aspectos mais particulares dentro de cada um destes campos. Deste modo, as categorias temáticas foram decompostas em 75 subcategorias, cujas variáveis mais significativas serão reportadas no ponto relativo à leitura dos resultados.

Finalmente, reclama esta nota metodológica um esclarecimento acerca da periodização aqui adoptada na análise dos 50 anos de história do *Telejornal*. Na verdade, por razões que se prendem com aspectos de carácter político, mas também com aspectos conjunturais do campo mediático, a investigação realizada considerou fundamentalmente quatro períodos, nos quais se seccionam a leitura dos resultados e a interpretação de algumas tendências sinalizadas pelos dados.

O primeiro período diz respeito aos últimos quinze anos do regime de ditadura, de 1959 (primeiro ano de emissões regulares do *Telejornal*) até 1973. A vigência da Censura, o contexto de um regime ditatorial e a profusão da televisão pelos lares de uma sociedade cultural e economicamente diminuída são algumas das razões que tornam inescapável a circunscrição deste período em qualquer análise histórica da informação. O mesmo se poderia dizer para o período compreendido entre 1974 e 1976. Marcado pela Revolução do 25 de Abril e por uma profunda instabilidade política e social, apanágio de uma liberdade conquistada após quatro décadas de forte repressão, este período não seria apropriadamente considerado senão na perspectiva de um certo destaque. Trata-se, na verdade, de um período de transição que não corresponde ainda a uma transformação plena do panorama da informação televisiva, mas compreende um período híbrido, contaminado ainda pela linguagem própria de uma certa subserviência ao regime, característica do Estado Novo.

Efectivamente mais distinto é o período que compreende toda a década de 1980, estendendo-se desde 1977 a 1991. Fundamentalmente, este é o período que corresponde à consolidação do processo de democratização de Portugal, à entrada na então Comunidade Económica Europeia e à vigência de um regime de monopólio televisivo, assente nos dois canais de Serviço Público. A partir de 1992 e até à actualidade, a RTP passa a conviver com a televisão de iniciativa privada. É este o principal marco do início do quarto período considerado neste estudo, pois que se parte de algum modo do pressuposto segundo o qual os canais privados terão desafiado a lógica de produção de informação até então dominante.

É certo que outras delimitações temporais poderiam ter sido estabelecidas. Sobretudo mais próximo da actualidade, a rápida renovação tecnológica da televisão em geral e o modo como a RTP se prestou a acompanhar o processo de digitalização dos conteúdos, nomeadamente a pretexto da dinamização de outras plataformas como o portal e o RTP Mobile, exigiriam uma análise mais detalhada de diferentes etapas da história. Procurámos, no entanto, fazer um exame global, optando por isso por uma leitura analítica balizada por estes quatro marcos, apesar dos aspectos que esta opção possa eventualmente ofuscar.

3. Olhando para a abertura dos telejornais

3.1. De 1959 a 1973: “o poder em cena”

Um dispositivo e um ritual de legitimação do poder político: assim poderá ser visto o *Telejornal* entre 1959 e 1973. Será esse o modo tentador de interpretar o principal noticiário da RTP, quando nos deparamos com alinhamentos que mais parecem obedecer à lógica da comunicação institucional do que às orientações da informação jornalística. Mas também poderemos olhar para o TJ deste período como um ritual que reflectia um país vagaroso, submisso a hierarquias e pendurado em tradições. Dentro do ecrã de notícias ali estavam os apresentadores ora sentados, ora de pé conforme o respeito que a personalidade retratada exigia. Mais do que uma função informativa, o noticiário

assumia-se como uma cerimónia que mostrava, sobretudo, o poder em cena. As más notícias eram dadas quando já haviam decorrido alguns dias sobre o que se reportava ou quando a desordem estava normalizada. Um tempo de tranquilidade: assim era o TJ, que confundia “municípios” com “paroquianos” (18 de Outubro de 1959), que arriscava preencher uma edição com a divulgação das listas da União Nacional às eleições nacionais (8 de Outubro de 1965), que tratava os governantes como “nossos ministros” (12 de Outubro de 1965), que promovia campanhas de apoio aos soldados enviados para as Colónias e que transmitia apelos de ajuda individual. Como este: “uma doente em estado grave necessita urgentemente de um medicamento chamado Torecan em supositórios. Repetimos Torecan em supositórios” (11 de Março de 1963). Neste período, a informação da RTP viveu sob a orientação dos serviços da censura e de propaganda do regime que mantinham uma relação próxima com a RTP, como bem documenta o trabalho sobre o *Telejornal* realizado por Francisco Rui Cádima (1996). A 7 de Março de 1962, dia de aniversário da RTP, integra-se no *Telejornal* a seguinte notícia:

Recebemos na nossa Redacção um telegrama do Director dos Serviços de Informação do SNI, Dr. Ramiro Valadão, felicitando-nos por aquilo a que chama a “magnífica actividade do *Telejornal*”. Os nossos agradecimentos.

Noticiava-se aquilo que era benéfico para o regime político, que nem necessitava de controlar muito o que a RTP fazia, pois, no interior da redacção da TV pública, havia homens da confiança do poder político que ocupavam aí cargos de chefia. Para além de seleccionarem o que deveria ser noticiado, algumas dessas pessoas manifestavam mesmo em antena a sua posição favorável ao poder vigente. Exemplos disso são os comentários feitos no *Telejornal* por Manuel Maria Múrias que, em finais de 1963, substituiu Manuel Figueira na direcção de informação da RTP.

Nesta fase, o alinhamento do TJ compõe-se de um conjunto de notícias que, na abertura, dá primazia ao poder político português e se orienta por uma ordem cronológica. Primeiro noticia-se a demissão do ministro, depois dá-se conta da tomada de posse do governante que lhe sucede; primeiro reporta-se um jantar oferecido na noite anterior a uma delegação de políticos estrangeiros, depois fala-se do que fizeram na tarde daquele dia. O “quem?” é uma pergunta central na confecção das notícias, na medida em que se evidencia um cuidado assinalável em retratar tudo o que envolve determinadas pessoas, a maior parte das quais oriundas do poder político. Em Agosto de 1965, a notícia da posse do Presidente da República constitui-se como abertura do TJ durante vários dias. Há numerosas réplicas deste prolongamento da noticiabilidade, sem haver motivos jornalísticos que o justifiquem. Na verdade, “o quê?” é uma questão que, nesta altura, não era muito valorizada. Não havia muito interesse em saber o que se fez em determinada viagem ou o que se resolveu em determinada reunião. Bastava noticiar o evento e descrever o ambiente. Por exemplo, noticia-se, a 19 de Outubro de 1959, a chegada a Lisboa do subsecretário da Educação, mas não se diz o que ele fez em Angola e Moçambique. Anuncia-se a agenda dos políticos ou faz-se uma espécie de acta dos factos que, muitas

vezes, ignora o essencial daquilo que se passou. Quase nunca conhecemos a essência das decisões do Conselho de Ministros ou das discussões da Assembleia Nacional, embora estes dois órgãos protagonizem frequentemente a abertura do principal noticiário da RTP. O que ficamos nós a saber deste *pivot* que foi lido no dia 16 de Março de 1960, sem qualquer imagem ou depoimento que ajudassem a compreender o que era dito...?

Na Assembleia Nacional continuou hoje a apreciação do projecto de alteração ao Regimento. Entrou-se na votação, após o debate na especialidade, e vários deputados manifestaram a sua discordância em relação a alguns artigos propostos, tendo apresentado emendas que foram apreciadas em seguida.

No período antes da “Ordem do dia”, o deputado Ferreira Barbosa tratou de assuntos ligados à última conferência de Imprensa do ministro da Economia, especialmente no que se refere à concentração industrial, afirmando ser do maior interesse para a Economia Nacional e para o desenvolvimento geral a concentração de empresas numa perfeita fusão de trabalhos especializados ou afins.

Não podemos também percorrer os alinhamentos do TJ à espera de um fio condutor entre as peças. Não há uma ligação lógica entre as notícias, e essa urdidura também seria difícil de construir face àquilo que poderia caber no noticiário da RTP. A 19 de Outubro de 1959 anuncia-se, para dali a dias, a inauguração da lavandaria do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Sangalhos e essa referência é colada à notícia do 107.º aniversário da polícia italiana.

A abertura do *Telejornal* faz-se essencialmente com textos-*pivot*, muitas vezes ilustrados com fotografias, mapas ou algumas imagens em movimento. Não é comum encontrarmos uma peça noticiosa no topo do alinhamento. Da nossa amostra, e no período compreendido entre 1959 e 1973, as peças somam uma percentagem de 21,8%. As restantes notícias são dadas em texto-*pivot* (70,3%) e em forma de editorial (4,6%), de comentário (2,9%), de entrevista (0,2%) ou em rubricas⁵ (0,2%). Quando os factos se apresentam sob a forma de peça noticiosa, os temas são predominantemente de Estado ou de diplomacia. Os géneros mais opinativos (editorial e comentário) raramente são colocados no arranque no noticiário, mas, embora não tendo um lugar fixo no alinhamento, são bem visíveis no noticiário da RTP. No entanto, na era marcelista, o editorial ganha mais vitalidade, sendo mais vezes colocado a abrir o *Telejornal*. Em Outubro de 1969, essa opção faz-se com bastante frequência, tendo como tema de fundo a questão do Ultramar e a preservação das colónias portuguesas. A 8 de Outubro de 1969, o TJ abria assim:

Isto de se pretender discutir o que é, por definição, indiscutível revela falta de imaginação e ausência de maturidade de políticos cuja cartilha lírica não abunda de lucidez e coerência.

⁵ As rubricas, embora não raras na abertura, tinham alguma visibilidade no alinhamento no TJ, principalmente na parte final. “Letra de Imprensa”, “Jornal da Mulher”, “Natal dos soldados” são algumas das rubricas que integraram o noticiário da RTP entre 1959 e 1973.

Como se dizia num editorial que abria o *Telejornal* de 14 de Outubro de 1969, “a Pátria não se discute, defende-se”. As rubricas, embora com espaços generosos, não têm prioridade sobre as outras notícias, excepção feita à “Revista de Imprensa”. É igualmente raro abrir-se um noticiário com uma entrevista. Na nossa amostra isso aconteceu apenas uma vez: quando se deu a palavra ao presidente da RTP em dia de aniversário da empresa de serviço público (7 de Março de 1968).

Com uma frequência muito alta nos alinhamentos do período do Estado Novo, os textos-*pivot* ou os chamados “*offs*”⁶ não têm qualquer unidade de forma ou de conteúdo. De tamanho irregular, de tom diverso e de composição variável, este tipo de abertura surpreende-nos pela inconstância. Tanto pode apresentar-se em longo texto como numa espécie de agenda do poder político. Assim:

Com o senhor Presidente do Conselho trabalharam hoje os Ministros da Justiça e das Corporações. O Chefe do Governo recebeu o general Juarez Távora, ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, que veio a Lisboa assistir à inauguração da Ponte Salazar. (11 de Agosto de 1966)

À falta de imagens, o texto-*pivot* procura anunciar por palavras aquilo que actualmente uma peça de um minuto e meio mostra. Acrescente-se que, nos primeiros anos da televisão em Portugal, não havia um entendimento das imagens do ponto de vista da narração informativa. Daí que, por vezes, esse trabalho fosse delegado em pessoas exteriores à redacção. Por exemplo, na edição do dia 17 de Agosto de 1960, abre-se o noticiário, dizendo que o Presidente da República visitara no dia anterior o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e, a esse propósito, anuncia-se uma “reportagem filmada do acontecimento com imagens cedidas pelos Serviços cartográficos do Exército”. Se os meios tecnológicos disponíveis não permitiam grandes ousadias em termos de captação de imagem e montagem de peças, por outro lado, o poder da palavra do apresentador continuava a sobrepor-se à força que eventualmente a imagem poderia ter. Se assim não fosse, como explicar o comentário ou o editorial no topo dos alinhamentos do TJ ou os textos noticiosos de registo descritivo? Veja-se como se noticiou a 14 de Março de 1961 a visita do Presidente da República ao Asilo D. Pedro V:

O Chefe do Estado visitou, esta manhã, o Asilo D. Pedro V, onde era aguardado pelo Ministro da Saúde, Dr. Martins de Carvalho; subsecretário das Obras Públicas, Eng.º Saraiva e Sousa; e ainda pelo Conselho director do Asilo. Após os cumprimentos, as alunas, em número de 87, formando em círculo, entoaram o hino nacional, sob a direcção da sua professora de música.

Esta visita de Chefe do Estado teve um significado especial, porquanto o Presidente Américo Tomás já era subscritor do Asilo antes da sua entrada para o Governo da nação. O Sr. Presidente da República visitou várias salas do Asilo, estando patente, numa delas, diversos trabalhos efectuados pelas alunas, que fazem parte das encomendas aceites para a angariação de fundos.

⁶ Alargamos aqui este conceito tomando-o como equivalente a textos lidos por cima de fotografias ou pontualmente ilustrados com algumas imagens em movimento.

No final, o Chefe do Estado ofereceu bombons, para serem distribuídos pelas alunas. À saída do edifício, o Sr. Almirante Américo Tomás foi delirantemente aclamado pelas educandas daquela instituição.

Embora o texto-*pivot* não tenha uma extensão-padrão (podendo ser muito reduzido ou extenso), os responsáveis do TJ sentem, por vezes, necessidade de construir blocos temáticos que, nesse caso, mais não são do que colagens de textos que fazem somar diferentes ângulos do mesmo acontecimento e, com isso, conferem maior notoriedade ao acontecimento em destaque. O Estado é o tópico onde este tipo de organização de peças tem mais rentabilidade. A saúde de António Salazar em Outubro de 1968 foi um dos acontecimentos que mobilizaram muitíssimo a atenção dos jornalistas da RTP. Sem imagens, o TJ ia dando os relatos possíveis (e recomendáveis para controlar a opinião pública). No dia 18, o TJ abre com o boletim clínico, assinado por quatro médicos e lido pelo apresentador assim:

As melhoras verificadas ontem mantêm-se. Às 20 horas apresentava os seguintes valores: temperatura – 36 graus e 9 décimos; tensão máxima – 13, mínima – 9. Pulso – 82 pulsações por minuto. A respiração é assistida com intermitências mais prolongadas.

Seguem-se mais quatro textos-*pivot*: um texto (pormenorizado) que dá conta das pessoas que se deslocaram à Cruz Vermelha onde Salazar estava internado; um outro (de quatro linhas) que salienta a deslocação ao hospital do secretário de Estado da Informação para visitar o chefe do Governo; um outro (de duas páginas) que cita o editorial do *Chicago Tribune* exaltando a figura de Salazar; e ainda um outro que faz eco de dois telegramas que convidam o presidente do Conselho a visitar Moçambique.

Ao longo do Estado Novo, não se nota uma grande valorização do valor-notícia “actualidade” enquanto sinónimo de algo que acaba de acontecer. Poder-se-ia dizer que os valores globais da nossa amostra contrariam, à partida, esta afirmação, na medida em que um pouco mais de metade das peças analisadas reportam acontecimentos do dia. Mas acrescente-se que a maior parte desses acontecimentos era previsível, podendo estar agendada já há alguns dias. Exemplos: visitas (de políticos) a determinados lugares, aniversários (de figuras de Estado), deslocações (de governantes) às colónias... O noticiário estrangeiro, embora não muito expressivo em termos numéricos, tem outro entendimento do tempo da notícia, estabelecendo intervalos curtos entre o que acontece e a respectiva mediatização. Ao percorrer os alinhamentos do TJ, sobressaem dois modos de fazer jornalismo: um mais substantivo, mais sucinto e mais ágil a noticiar aquilo que acontece (o internacional) e outro mais adjectivo, mais prolixo e mais despreocupado com pressões do tempo (o nacional). Poder-se-ia dizer que a televisão pública estava ainda a adaptar-se a uma realidade nova: o jornalismo televisivo, que se debate com vários constrangimentos. Por exemplo, técnicos: se a abertura do ano lectivo da Universidade de Lisboa é notícia no próprio dia em que ocorre, a mesma cerimónia nas academias do Porto ou de Coimbra apenas tem essa possibilidade no dia seguinte, porque não há meios que encurtem distâncias. Por outro lado, há que sublinhar aqui o entendimento do tempo da notícia como algo bastante dilatado na linha temporal. De outra forma, dificilmente se compre-

enderia a inclusão de peças que narram factos que ocorreram “há dias” ou que omitem referências temporais, encarando-se o “quando?” como uma pergunta de valor menor. Este alargamento temporal daquilo que (ainda) pode ser notícia algum tempo depois da respectiva ocorrência tem implicações na (perda de) importância daquilo que é noticiado. Factos com mais de um dia perdem força no alinhamento, apesar de haver acontecimentos que, embora tardando a ser conhecidos, dificilmente poderiam ser atirados para lugares discretos de um noticiário. Como um acidente aéreo onde morreram mais de trinta pessoas. Na edição do dia 14 de Agosto de 1961, o TJ abriu com as comemorações do dia da Infantaria em Maфра, seguiu-se a inauguração de um bairro de pescadores na Póvoa de Varzim pelo ministro das corporações e, na última parte do noticiário, inserido na sexta posição de um bloco de notícias internacionais, aparece a seguinte notícia:

No passado dia 11 deu-se um grande desastre de aviação perto de Stavange, na Noruega. Um avião britânico embateu contra o pico de uma montanha e ficou completamente destruído. [pausa] No desastre morreram 34 estudantes, dois professores e os três tripulantes do avião.

O noticiário internacional tem menos relevância do que aquilo que acontece em território português: 73,8% das peças da nossa amostra referentes ao período 1959-1973 são nacionais e apenas 13,7% são internacionais (as restantes cruzam o nacional com o internacional). Os países mais visíveis são a França e os EUA, com nove e catorze peças, respectivamente. A lista de países que foram notícias é, na verdade, muito reduzida. As colónias, nomeadamente Angola e Moçambique, tiveram assinalável destaque, muitas vezes para se falar de um clima aprazível e calmo, mesmo no tempo da guerra colonial. Essa preocupação era tal que muitos dos textos apresentam um alto grau de rasuras, como se vê na edição do TJ de 20 de Outubro de 1961 (sexta-feira):

e insistentes
Apesar das maléficas ~~atuações~~ *atuações* de Radio Moscovo ~~seguintes~~ *sobre pretensas*
~~suas~~ *desordens* ~~na Guiné Portuguesa,~~ *tele-*
~~grafam-no de Bissau assegurando que~~
~~aquele~~ *aquele* ~~Provincia~~ *aquele* ~~portuguesa~~ *portuguesa* do Ultramar
está calma e não se registando o mais leve incidente, nem o mínimo
sintoma ou suspeita de inquietação.

No continente, a região mais destacada é Lisboa. Quando a referência é a capital, menciona-se determinada igreja ou centro cultural e pressupõe-se que todos saibam que estamos a falar da principal cidade do país. Os outros locais poucas vezes são notícia. A RTP destaca-os no Verão, quando fala das romarias ou quando o poder político se desloca à província. Aí não se poupam descrições. Por exemplo, a 13 de Agosto de 1962, diz-se que o Presidente da República se deslocou a Coimbra. Descrevem-se pormenorizadamente os sítios por onde Américo Thomaz passou, embora nada se diga do que falou. No dia seguinte, o TJ haverá de replicar a mesma abertura. O “onde”, o “quê” e o “quando?” eram irrelevantes face ao “quem?”.

3.2. De 1974 a 1976: a conquista da liberdade

O ano de 1974 não é apenas um marco histórico em termos políticos; é-o também para o jornalismo, que abandonará progressivamente o tom elogioso com que se reportava ao governo para adquirir um tom mais isento. Reflexo das mudanças em curso na sociedade, o próprio discurso jornalístico da televisão virá a dar conta de um país que se rebela contra o moralismo e o ‘agachamento’ relativamente às instâncias de poder, característicos do Estado Novo. Longe da estabilidade e de uma certa conformidade com a norma própria de um regime mais opressor que expansivo, o jornalismo sofrerá uma forte transfiguração, de que durante o período destes três anos vemos apenas alguns sinais. A partir desta altura, por exemplo, o Presidente da República deixa de ser referido como o “Senhor Presidente”, mantendo-se apenas, em algumas exceções, os títulos de “Dr.” e “Prof.”.

Nos momentos finais da ditadura, porém, a palavra de Marcello Caetano era ainda, como sugestivamente se afirmava na abertura da edição de 6 de Março de 1974, «escutada, em todo o país, com a atenção e o interesse que a sua condição de Chefe do Governo implica». Só talvez por esta razão seja compreensível que uma comunicação de Caetano à Assembleia Nacional tenha justificado a abertura do principal noticiário durante três dias consecutivos. Só talvez por esta razão também e pela circunstância de as matérias informativas serem ainda submetidas ao constrangedor processo de ‘Exame Prévio’ se compreenda o tom elogioso adoptado pelos jornalistas para se referirem a este discurso do sucessor de Salazar. Num parágrafo particularmente opinativo, dizia um dos locutores, nessa edição de Março, que

... para além de ter sido um exemplar político do ponto de vista da clareza e brilho da exposição, da lógica do raciocínio e da coerência doutrinária – a comunicação de Marcello Caetano teve o condão de desfazer quaisquer dúvidas e de afastar as inquietações e as incertezas que pairavam em muitos espíritos.

Peça exemplar de um certo comprometimento da informação com o regime autoritário, a abertura do *Telejornal* nesse dia consideraria ainda que

a lição de dignidade do presidente Marcello Caetano traduz uma nobreza de espírito, uma coragem moral e uma rectidão de carácter que o País não pode deixar de registar como um dos momentos mais altos da sua história política.

Ainda que não tenha sido sempre com este carácter laudatório que os assuntos de âmbito político foram tratados, eles correspondem a 89% das aberturas dos Telejornais, podendo dizer-se que os eventos políticos dominaram inteiramente o arranque do principal noticiário da televisão portuguesa entre 1974 e 1976. São muito residuais os valores registados para as outras categorias temáticas, que, por essa razão, não nos mereceriam especial referência não fosse uma das curiosidades de que também se faz a história do *Telejornal*. Em Agosto de 1974, no dia 14, o boletim informativo abria com uma notícia de Desporto. Em plena ‘Volta a Portugal’ em bicicleta, as primeiras palavras do

locutor terão sido: «Sob o signo da monotonia e lentidão correu-se, hoje, a 17.^a etapa da ‘Volta a Portugal’ em bicicleta». Numa formulação pouco condizente com a linguagem televisiva tal como a entendemos hoje, esta abertura ilustra também a resignação do *Telejornal* a notícias ‘mornas’ para o arranque do noticiário.

Observando mais particularmente que áreas da política justificariam a abertura do noticiário, registamos que a Política de Estado foi, na verdade, a categoria temática que mais sistematicamente deu o mote para a informação televisiva, tendo muito menor expressão os assuntos relativos aos Partidos Políticos ou mesmo as referências a questões militares e de segurança ou as de índole diplomática. Ainda que o período seja excessivamente curto para fazermos uma leitura longitudinal, há sinais de que os temas de política europeia serão também de menor relevância, tendo justificado apenas uma notícia de abertura em 92 registadas para estes três anos. Em todo o caso, considerando a excepcionalidade histórica dos anos examinados neste período, não serão, com efeito, de estranhar os resultados que dão conta de uma atenção particular sobre a política nacional.

Extraordinariamente considerados nesta amostra, os alinhamentos do *Telejornal* do final de Abril de 1974 são, talvez sem grande surpresa, pouco expressivos da dimensão da Revolução dos Cravos. Na noite de 24 de Abril de 1974, o *Telejornal* abria com a notícia da morte do Presidente da Áustria. Curiosamente, e talvez apenas por uma certa coincidência ocasional, numa noite que viria a ser singular na história política nacional, a notícia de abertura dava conta de uma informação internacional a que se seguiu outra relativamente à designação de um novo governo na Bélgica. Durante a madrugada, porém, entre as 3h00 e as 4h30 da manhã, a RTP seria tomada pelo Movimento das Forças Armadas. Às 18h40 do dia 25, a Televisão Pública emitiria o primeiro *Telejornal* livre, «difundindo um comunicado em que o MFA anuncia a rendição das forças fiéis ao Governo» (Reis, 1993: 17). Ao serão, a RTP apresentaria ainda a Junta de Salvação Nacional ao país. Na documentação consultada para esta investigação não há, porém, registo nem do *Telejornal* nem de qualquer outra informação difundida no dia 25. A edição das 19h30 do *Telejornal* do dia 26 pedia a atenção dos telespectadores para anunciar que, «segundo as últimas notícias chegadas ao comando do Movimento das Forças Armadas, a situação em todo o país está normalizada». Tomada de assalto, o que a Televisão emitia era menos trabalho jornalístico do que anúncios ou informações instrumentais dos militares. É esse pelo menos o tom que se lê nesta insistência: «Repetimos – a situação em todo o país está normalizada!». De algum modo surpreendente também a forma como, imediatamente antes da leitura de um comunicado da Junta de Salvação Nacional, se dizia ainda que «outras notícias que circulam podem e devem ser consideradas boatos. Todas as informações são emanadas pelos meios de comunicação social» (26 de Abril de 1974, edição das 19h30). Na edição do fim da noite, pelas 0h00, o alinhamento dava conta, em notas muito breves, das várias felicitações manifestadas por diferentes governos europeus à tomada de poder pelo MFA. Na mesma edição, a RTP agradecia as felicitações recebidas pelo «trabalho desenvolvido pelos funcionários da RTP»:

Embora o livre exercício da profissão seja, para nós, um desejo agora transformado em realidade – o que nos compensa largamente pelo esforço dispendido –, não queremos deixar de agradecer, em nome de todos os que trabalham nesta casa, essas provas de simpatia e compreensão.

Transmitir comunicados era, na verdade, uma vocação particular do *Telejornal* em meados da década de 1970. Mais apto a cobrir acontecimentos com um certo grau de previsibilidade (75% das notícias de abertura são neste período relativo a acontecimentos previstos e/ou previstos com elementos imprevistos), este serviço noticioso manteve, por conseguinte, uma forte dependência relativamente aos acontecimentos de agenda. Ainda que as razões deste facto reclamassem um estudo mais vasto sobre os critérios de noticiabilidade associados à primeira notícia do alinhamento, seria aceitável considerar que, tendo meios limitados para cobrir acontecimentos de última hora, a televisão teria dificuldade em reportar acontecimentos de algum modo inesperados. Decerto pela mesma razão são ainda irregulares as peças como unidades independentes, correspondendo à leitura dos textos-*pivot*, eventualmente sobrepostos a imagens cuja função era apenas a de ilustrar aquilo ou aqueles a que se referia o texto. Com efeito, foi assim que, no âmbito da amostra considerada, abriram 60% das emissões do *Telejornal*, ou seja, mais de metade das edições corresponde a notícias que não deram lugar a peças e, eventualmente, nem sequer à emissão de imagens.

Por outro lado, só 8% das notícias chamadas à abertura do *Telejornal* conseguiram, entre 1974 e 1976, antecipar o acontecimento, sendo que 69% das notícias diziam respeito a acontecimentos do dia. O facto de os acontecimentos do dia anterior e/ou da última semana perfazerem apenas uma quota de 13% das aberturas denota já uma evolução relativamente ao período anterior, marcado especialmente pela incapacidade de informar sobre a actualidade do próprio dia.

Relativamente ao tipo de acontecimento agendado que figura na abertura dos *Telejornais*, pode dizer-se que mais de metade dos acontecimentos com grau de previsibilidade reporta a reuniões (nomeadamente do Conselho de Ministros e da Assembleia), embora sejam também relevantes os registos de notícias originadas em conferências de imprensa e a pretexto de tomadas de posse ou nomeações. Em terceiro lugar nesta hierarquização do tipo de agendamento aparecem as visitas ou as chegadas de visitas oficiais.

No que concerne à localização dos acontecimentos, regista-se um predomínio esmagador da informação nacional, que representa 85% das notícias de abertura. No panorama nacional, Lisboa é, quiçá expectavelmente, o local onde têm origem mais notícias de abertura. Registe-se que, em associação com o tema das referidas notícias, se poderá perceber que a maioria dos acontecimentos tem, no entanto, impacto nacional. Trata-se, na verdade, de notícias referentes aos resultados das reuniões de Conselhos de Ministros, a tomadas de posse para cargos da nação ou à divulgação de comunicados. Por esta razão, apesar de o facto desencadeador da notícia ter epicentro em Lisboa, em mais de metade das notícias registadas, uma parte significativa pouco terá a ver com a vida urbana de Lisboa, mas antes com a circunstância de o poder central estar sediado na capital.

Apesar de não contemplar este trabalho um olhar específico sobre as fontes de informação, merece também este ponto uma anotação ao jeito de nota marginal. Na verdade, não são poucos os casos de notícias que não identificam a fonte originária da informação. Ainda que a questão da ausência de fontes ou a suposta dependência de fontes anónimas seja um problema transversal que se mantém até à actualidade, é meritória de registo a forma como a referência a essas supostas fontes é feita. Note-se, por exemplo, na expressão adoptada num texto-*pivot* de 16 Agosto de 1974 (edição das 21h30), a propósito das relações entre Portugal e Moçambique: «... fontes dignas de fé indicam que Mário Soares, Almeida Santos e o major Melo Antunes se deslocariam a Lusaka» (sublinhado nosso).

A questão da linguagem é, na verdade, um dos aspectos mais interessantes da análise destes materiais, sendo a convívência com um certo tom moralista uma das marcas predominantes. Veja-se, por exemplo, como se referiam os locutores, em Agosto de 1975, a propósito de manifestações e comícios ocorridos em Lisboa e em Cascais:

Em jeito de prólogo, apenas diremos, parafraseando a linguagem do povo, que as acções (aqui, nas palavras e nos sons) ficam com quem as pratica. E será o próprio povo a julgá-las – certo que a verdade virá sempre ao de cima.

Não ficamos, certamente, esclarecidos sobre os factos que esta afirmação encerra, mas seria impossível ignorar uma certa preocupação pela expressão de opiniões ‘moralizadoras’. Esta é uma tendência, porém, que viria a esbater-se nos anos seguintes.

3.3. De 1977 a 1991: o caminho da democracia

Os anos que se seguem à Revolução dos Cravos são de franca instabilidade política, sucedendo-se governos de curta duração, o que agitou e dinamizou enormemente a política nacional e, por conseguinte, a actividade dos *media*. O grande volume de informação é, aliás, também o sentimento de uma época em que os editores se permitem abrir o *Telejornal* dizendo, como neste exemplo: «Boa noite, sexta-feira 16 de Março *um dia particularmente cheio de acontecimentos noticiosos*» (edição de 16 de Março de 1989, sublinhado nosso). A década de 1980 tem, por outro lado, a particularidade de consolidar um interesse pela resposta à pergunta “o quê?”, o que reflectirá não apenas as mudanças desencadeadas no jornalismo televisivo, mas certamente no jornalismo em geral. Na verdade, se nos períodos anteriores a visita de um ministro estrangeiro a Portugal era notícia independentemente dos motivos que o traziam ao nosso país e, em muitos casos, sem chegarmos a saber verdadeiramente o que fez ou disse durante a sua estadia, nos anos 1980, a visita enquanto tal esvazia-se de impacto noticioso, sendo, por outro prisma, pretexto para divulgação de informações, por exemplo, de natureza diplomática. É disso indicador este exemplo de 1981:

A França não põe em causa a presença dos emigrantes portugueses. Quem o disse foi o ministro francês do trabalho Jean Matteoli, que hoje terminou uma visita a Portugal. (edição de 13 de Março de 1981)

Menos a pretexto de visitas do que antes, é certo, a Política continua, no entanto, a dominar as notícias de abertura, embora em menor percentagem do que no período anterior. Se entre 1974 e 1976, as notícias referentes a este âmbito correspondiam a 85% das aberturas do *Telejornal*, de 1977 a 1991 esta parcela desce para os 67%, o que significa uma considerável dispersão dos motivos de abertura por outras secções como Sociedade e Economia, que no conjunto representam quase um terço dos topos dos alinhamentos. Embora se mantenha um predomínio das notícias sobre Política de Estado, é também notória a progressiva ascensão das notícias sobre questões europeias para o topo da actualidade. Por outro lado, no que a matérias de Sociedade diz respeito, ganham expressão maior as notícias sobre Justiça e sobre acidentes e desastres. No que concerne ao campo económico, estão no topo dos alinhamentos também notícias sobre a situação económica em geral e questões de divisas em particular, bem como sobre questões laborais e sindicais (nomeadamente a pretexto de greves e manifestações).

Se é verdade que a linguagem não perde imediatamente os sinais de um certo comprometimento opinativo, pois que em Outubro de 1977, no dia 13, os locutores anunciam na abertura uma «visita oficial e amistosa» do Presidente da Jugoslávia a Portugal, é-o também que se nota uma progressiva transformação até um registo mais isento, que dispensa adjectivos. Diferenças profundas são, na verdade, notadas mesmo antes da abertura dos canais privados. A linguagem torna-se gradualmente mais directa, eventualmente mais aproximada da rádio do que da imprensa. É ainda assim marcada pontualmente por expressões que causam a uma leitura actual alguma estranheza. Em Outubro de 1985, a propósito da abertura do novo ano escolar e das dificuldades vividas por algumas escolas em particular, nomeadamente uma «situada numa dependência do Palácio da Ajuda», referem-se os problemas com os ordenados dos professores que colocam em causa o futuro dos alunos, diz-se durante o longo texto-*pivot* desta abertura:

... é uma pena – até porque esta escola da Ajuda tem características únicas... é o género de projecto imaginativo que poderia mudar tanta coisa que precisa de ser mudada aqui... (edição de 14 de Outubro de 1985).

Ainda que esta seja uma formulação algo surpreendente, a verdade também é que aumenta neste período a capacidade de o noticiário acompanhar acontecimentos imprevistos. O valor das notícias de acontecimentos previstos, de agenda, portanto, é ainda elevado, mas decresce cerca de 10% em valor dos acontecimentos imprevistos.

Em matéria de agendamento, mantém-se especialmente elevado o número de notícias que têm origem em reuniões, audiências, encontros e cimeiras. A sucessão de crises políticas desencadeadas pela demissão e substituição dos diversos governos constitucionais que se formam nesta altura multiplicam a visibilidade de reuniões entre partidos políticos e entre elementos do Poder Central. Pela mesma razão se justificará o interesse em conferências de imprensa. Por outro lado, têm também grande expressão as notícias de encontros entre políticos nacionais e representantes de outros países de que decorrem, por norma, negociações diplomáticas. Em Outubro de 1977, a visita do Presidente da Jugoslávia a Portugal justificaria a abertura do *Telejornal* durante quatro

dias consecutivos na mesma semana. Como a análise dos temas já tinha evidenciado, são significativas as greves e manifestações registadas neste período, nomeadamente da Função Pública, dos trabalhadores dos transportes e dos CTT. Mas não são apenas as greves nacionais que justificam as aberturas. Greves na Polónia e em Itália são noticiadas em 1980.

Se entre 1977 e 1991 aumenta a dispersão pelos temas das notícias, crescendo o número de aberturas motivadas por questões sociais e económicas, também aumenta similarmemente a informação de carácter internacional. Durante a década de 1980, o Internacional conquista um terço das aberturas do *Telejornal*. É sobretudo a Europa que aparece no topo dos alinhamentos, mas África continua a ser o segundo continente mais visível. Já não são, porém, as ex-colónias portuguesas os motivos por que as questões africanas são chamadas ao topo da actualidade. Na verdade, se continuamos a registar um interesse sobretudo por Angola e Moçambique, e residualmente por S. Tomé e Príncipe, é da África do Sul e do Egipto que chegam as informações conduzidas à abertura dos Telejornais. No contexto nacional, Lisboa continua a ser o centro de maior difusão de informações, mas há um progressivo deslocamento para notícias assumidamente de interesse global nacional. E se acrescentarmos a esta impressão o facto de serem igualmente elevados os registos em que não é indicada a localização, teremos neste domínio uma certa desvalorização da capital. Com efeito, os textos-*pivot* nem sempre identificam o local gerador do acontecimento, por duas razões sobre as quais a partir do material analisado apenas podemos especular: 1) por um lado, porque o tipo de acontecimentos reportados é por si suficiente para indiciar o interesse nacional das notícias; 2) por outro, tendo em conta que o número de peças informativas como unidades independentes é cada vez maior, o jornalista apresentador sentir-se-á dispensado de prestar todas as coordenadas de situação do acontecimento, remetendo esses esclarecimentos para o interior das peças. Em matéria de localização, registre-se finalmente o lugar residual do Porto e do Resto do País no topo da actualidade.

Pode dizer-se que a análise do tempo, tal como a do lugar da notícia, não registam diferenças significativas relativamente ao período anterior. Ora, apesar das expectativas com que partimos para esta investigação, não aumenta a proporção de notícias de antecipação de acontecimentos. Em todo o caso, diminuem os registos do dia anterior, sendo praticamente dois terços da informação relativa ao próprio dia.

No que diz respeito à tipologia das peças de abertura, pode dizer-se que se consolida a utilização de peças como unidades independentes do texto-*pivot*. A este nível, 88% da informação analisada corresponde ao lançamento para peças maioritariamente isoladas. Por outras palavras, à medida que avançamos na década de 1980, as notícias lidas apenas em *off* pelos apresentadores do *Telejornal* tornam-se cada vez mais escassas, dizendo, na maior parte dos casos, respeito a informações cujos desenvolvimentos se remetem para mais tarde. O directo é ainda escasso, tendo-se justificado apenas em catorze das 393 notícias examinadas neste período e em todos os casos apenas para informações de âmbito nacional. Finalmente uma nota para a proporção de peças que abrem o *Telejornal* compondo blocos temáticos. Esta é uma tendência visivelmente crescente.

3.4. De 1991 a 2009: a urgência de noticiar a última coisa que acontece

A velocidade é um dos principais traços distintivos do *Telejornal* entre 1992 e 2009. Porque à mesma hora há dois produtos concorrentes nos canais privados. Porque os meios tecnológicos permitem cruzar lugares longínquos e encurtar intervalos de tempo entre o acontecimento e a respectiva mediatização. Porque as fontes de informação, que podem e costumam ser notícia, estão profissionalizadas nos ritmos cronometrados do trabalho jornalístico. Porque a redacção da RTP soma mais de três décadas de experiência e, nesse tempo, foi adquirindo uma centralidade informativa, acentuada pelo surgimento da TV privada. O TJ apresenta-se assim como uma espécie de mapa que absorve e reconfigura determinada realidade: aquela que entra numa estrutura circular de informação que se estende aos outros canais televisivos, aos jornais, às rádios e, mais recentemente, ao universo *on line*.

Por vezes, essa reconfiguração desenvolve-se em (fugazes) ondas noticiosas que desaparecem sem haver obrigatoriamente um desfecho daquilo que é retratado, potenciando-se aí coberturas mediáticas favoráveis à criação de pseudo-acontecimentos ou até a rumores, como sublinha Peter Vasterman (2005) num artigo académico sobre este assunto.

Em termos formais, o alinhamento do TJ tende a abrir com notícias integradas num bloco temático. Porque o assunto é complexo e exige outros enquadramentos. Porque o tempo de uma peça se tornou demasiado curto para reportar um acontecimento. Porque se multiplicaram as possibilidades de reportar: infografias, ligações em directo...

Quanto ao tempo do acontecimento que se torna notícia, mais de 90% das peças relatam assuntos do dia. É irrisória a percentagem de peças que fazem eco de acontecimentos do dia anterior, mas também não há uma tendência para antecipar factos. O intervalo de tempo entre o acontecimento e a respectiva difusão é, a partir dos anos 90, cada vez mais curto. O exemplo de 12 de Agosto de 1993 não é de todo excepcional:

O Tribunal Constitucional deu razão às dúvidas colocadas pelo presidente a três das mais importantes leis recentemente elaboradas pelo Governo. A lei anti-corrupção, segredo de Estado e estatuto dos magistrados não respeitam a cem por cento as regras constitucionais. Por isso foram chumbadas pelo tribunal. Uma decisão divulgada há cerca de meia hora.

O noticiário das 20h00 do canal generalista de serviço público conta o que aconteceu no dia e, na abertura, esse relato reflecte, sobretudo, factos imprevisíveis (44,6%). Quando os acontecimentos que se colocam no topo do alinhamento são agendados de véspera, procuram-se ângulos inesperados. Veja-se esta abertura de 17 de Março de 1992:

Boa noite. A discordância é total entre Portugal e a Austrália quanto ao estatuto político de Timor-Leste. Se dúvidas havia, elas foram desfeitas hoje pelo ministro dos Negócios Estrangeiros australiano. Gareth Evans afirmou que a situação de Timor é irreversível e que para o seu governo o território é, de facto, a vigésima sétima província da Indonésia. Foram declarações do ministro australiano feitas em Lisboa durante uma conferência de imprensa com o seu homólogo português. Gareth Evans foi mais longe ao criticar duramente a pre-

sença colonial portuguesa em Timor-Leste. O ministro disse que Portugal abandonou Timor, deixando-o sem nada... sem escolas... sem outro tipo de estruturas. João de Deus Pinheiro reagiu e respondeu à letra dizendo como é possível uma experiência tão horrível ter deixado sentimentos de respeito dos timorenses para com Portugal. A nossa reportagem regista alguns momentos deste diálogo acalorado.

A mesma tendência é notada no agendamento noticioso. A este nível, as reuniões/cimeiras/encontros, as apresentações de planos/programas políticos e os jogos/provas desportivas são, por esta ordem, os acontecimentos com maior número de aberturas neste período. No entanto, isso não implica uma transposição directa para o topo do alinhamento daquilo que motivou a cobertura televisiva. Muitas vezes, o jornalista vai a um evento, mas a notícia constrói-se por outro ângulo. O exemplo da edição de 18 de Março de 2005 é ilustrativo de uma prática corrente:

Boa noite. José Sócrates diz que o Programa de Governo nada prevê quanto ao aumento de impostos. O primeiro-ministro explica que mantém a linha definida no programa eleitoral do PS:

Fazer crescer a economia através da redução da despesa pública e do combate à fraude e evasão fiscal.

[*Início da peça:*] pela primeira vez, desde a tomada de posse José Sócrates pronunciou-se sobre a actualidade política. O programa de governo foi entregue ontem na Assembleia da República, a Oposição diz que o documento deixa em aberto a possibilidade de aumentar os impostos.

... [VIVO] ...

Uma linha da qual o primeiro-ministro promete não sair. Sócrates reitera que nada fará para o agravamento das contas públicas, o compromisso é o do crescimento económico.

... [VIVO] ...

Esclarecimentos de Sócrates, ao participar num congresso dos jovens socialistas europeus. Mais uma oportunidade para o líder socialista apelar ao Sim à Constituição Europeia.

A política de Estado continua a ser o tema com mais visibilidade nas aberturas dos alinhamentos do TJ (25,6%). Esta foi, aliás, uma constatação dos estudos que Felisbela Lopes (1999) e Nuno Brandão (2002) desenvolveram em torno do *Telejornal*. No entanto, ressaltam-se outras áreas que, em períodos anteriores, não reuniam grande expressividade. Como os acidentes/desastres, que, na nossa amostra, se situam em segundo lugar. Devemos aqui acrescentar que esses números se devem, em grande parte, ao trágico acidente da queda do tabuleiro da ponte de Entre-os-Rios que, em Março de 2001, vitimou várias pessoas que ali passavam de autocarro e de carro e que suscitou uma grande atenção dos jornalistas. Mas também poderemos acrescentar que, nessa altura, os três canais generalistas e o canal de cabo SIC Notícias criaram uma noticiabilidade que se auto-alimentava de meta-acontecimentos, ou seja, de factos criados pelo discurso mediático. Estas ondas noticiosas são, aliás, um traço distintivo deste período. Ao percorrer os alinhamentos pós-privadas, encontramos vários acontecimentos que emergem no topo do noticiário e que se mantêm aí nos dias seguintes,

muitas vezes motivados pelo destaque que lhes foi dado no dia anterior. Veja-se o chamado “Caso Marcelo”, que ganhou esse estatuto não apenas pela polémica que rodeou o afastamento de Marcelo Rebelo de Sousa dos comentários que fazia no noticiário de domingo da TVI, mas também porque os jornalistas foram multiplicando os depoimentos que iram sendo feitos sobre o assunto. A 6 de Outubro de 2004, o TJ abria assim:

Marcelo Rebelo de Sousa deixou de fazer comentários na TVI. O político anunciou esta tarde que já não é comentador da estação de televisão. O anúncio surgiu depois de o Governo o ter acusado de dizer inverdades nos seus comentários semanais e de alimentar ódios contra o Primeiro-Ministro.

Nos dois dias seguintes, o mesmo tema continuava na abertura do noticiário das 20h00 da RTP. Em tempo de Verão, os incêndios e os casos de polícia, que adquirem neste período grande visibilidade, são os tópicos que mais ondas noticiosas criam. No entanto, estes temas e outros, que em tempo anterior não eram muito valorizados, continuam em destaque para lá do tempo estival. Como os julgamentos, muitos dos quais convertidos em espectáculos mediáticos. Como o do Padre Frederico, cuja sentença foi noticiada assim a 10 de Março de 1993:

O padre Frederico foi condenado a treze anos de prisão. O tribunal do Funchal considerou-o culpado dos crimes de homicídio e homossexualidade com o menor Luís Miguel Correia. Termina assim um julgamento que apaixonou o país e cuja sentença, há pouco mais de uma hora, foi transmitida em directo para todo o país através da TV2.

O discurso televisivo tem um papel importantíssimo na reconfiguração deste facto num acontecimento de relevância pública com grande visibilidade. Essa interferência é inevitável, mas por vezes o jornalista vai ao ponto de assumir um estatuto participativo nos factos. E, por causa disso, o seu trabalho ganha mais valor noticioso. Como aconteceu na edição de 14 de Outubro de 1999, quando se noticia em abertura um caso que a equipa da RTP descobriu, na Póvoa de Lanhoso, em que crianças fugiram da instituição “Casa do Miradouro”, por não quererem ser separadas, após o encerramento da instituição pela Segurança Social.

Quanto ao lugar dos acontecimentos colocados no topo dos alinhamentos, a zona da Grande Lisboa continua a reunir quase metade das aberturas do TJ (42,6%). O restante continente permanece silencioso e as ilhas constituem manchas praticamente invisíveis. São notícia de abertura essencialmente em caso de acontecimentos de ruptura ou quando o poder político dominante faz os seus périplos pelo chamado “país real”, que continua a experimentar grandes dificuldades em conquistar valores-notícia como os da actualidade, importância, interesse público. Em tempo de Verão e seguindo ondas noticiosas que podem oscilar entre incêndios, assaltos ou crimes, o também designado “resto do país” torna-se mais notícia. Assim:

Boa tarde. As chamas estiveram incontrolláveis durante toda a tarde na Sertã. Os meios aéreos tentaram controlar uma frente de fogo que surgiu ao início da tarde, mas até agora sem sucesso. (6 de Agosto de 2003)

O Internacional não tem grande relevância nas aberturas do TJ. No entanto, nota-se um alargamento do número de países que ocupam o topo dos alinhamentos: 32 países identificados na nossa amostra. Espanha, Estados Unidos, Alemanha e Angola são os lugares com maior número de peças que abrem o noticiário da RTP: 15, 14, 11 e 10 respectivamente. As delegações/correspondentes sediados nestes locais e a proximidades geográfica/linguística serão factores que nos ajudam a perceber estes dados quantitativos, embora a relevância dos acontecimentos seja também um elemento decisivo nesta contabilidade.

No que diz respeito à linguagem, há uma tendência para encurtar os textos-*pivot* e o tamanho das respectivas frases. Regista-se também um aumento significativo de *offs* (peças lidas pelo *pivot*). À imagem, o TJ junta cada vez mais elementos infográficos. A primeira notícia da edição de 15 de Outubro de 2008 é um exemplo disso:

Boa noite. O pânico voltou aos mercados. Depois de dois dias de euforia, as bolsas registaram hoje um novo *crash* em todo o mundo

[MPB1 (Moving Picture Box)]: A Bolsa de Lisboa encerrou em terreno negativo. O PSI 20 fechou a cair 3,6%, com a quase totalidade dos títulos no vermelho. Mesmo assim foi a que registou menores perdas na Europa.

[MPB2]: O título que mais desvalorizou foi a Galp Energia, que perdeu quase 10%. O restante sector energético também registou uma queda acentuada. A EDP perdeu quase 5% e a EDP Renováveis caiu 3,47%. No sector da banca, o BCP foi o que mais desvalorizou, ao perder 2,67%.

[MPB3]: O receio voltou aos mercados europeus apesar do optimismo que marcou as duas sessões anteriores. Londres mergulhou num *crash* que ultrapassou os 7%. Seguiram-se as bolsas de Paris e Frankfurt, a perder mais de 6%. Madrid também encerrou no vermelho, a desvalorizar mais de 5%. Nos Estados Unidos a situação não era melhor com o Dow Jones e o Nasdaq a perderem quase 5% a menos de uma hora do fecho.

[VIVO]

[Início da peça]

4. A notícia de abertura do TJ em perspectiva ao longo de meio século

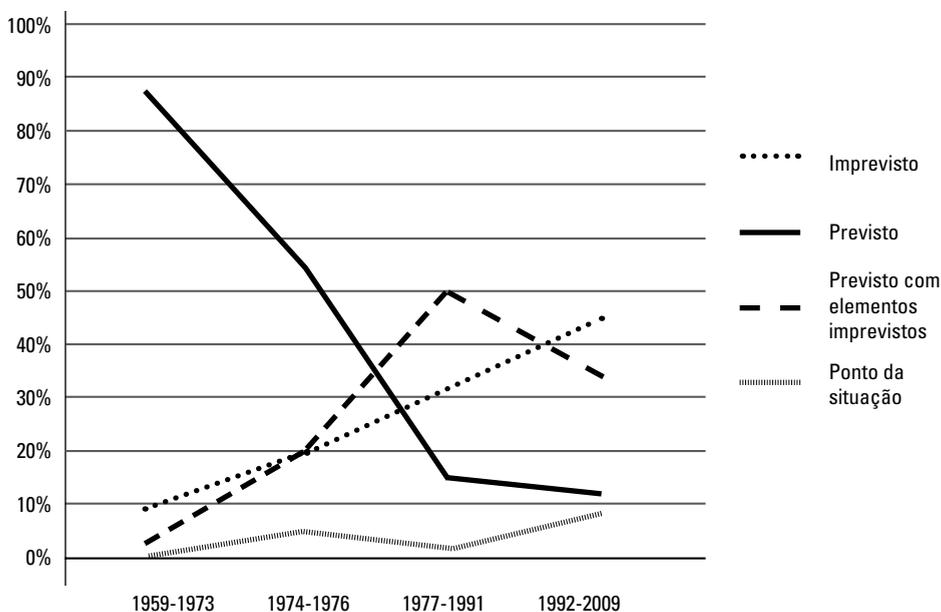
Nestes 50 anos de emissões, a composição do alinhamento do *Telejornal* alterou-se significativamente. Nos primeiros tempos, a notícia de abertura fazia-se sob a forma de *off* (texto lido pelo *pivot*, sendo predominantemente ilustrado com fotografias e imagens fixas). No período de monopólio em regime democrático, regista-se um aumento progressivo das peças isoladas e, em fase pós-privadas, há um predomínio de peças em bloco temático. O directo é mais visível numa fase mais recente, embora não reúna um número significativo de aberturas.

No que diz respeito ao lugar dos acontecimentos noticiados, as diferenças são pouco significativas ao nível da distribuição entre Nacional e Internacional. As peças nacio-

nais correspondem sempre a cerca de três quartos das aberturas que compõem a nossa análise. Em termos numéricos, também não se notam grandes discrepâncias no que diz respeito ao tempo da notícia. Entre 1959 e 2009, os acontecimentos do dia marcam a maior parte do topo dos alinhamentos do TJ, mas o grau de (im)previsibilidade das peças emitidas alterou-se significativamente, como se comprova no Gráfico 1. Essa evolução tem naturalmente implicações no modo como o noticiário da RTP ia lidando com o presente.

Nos anos 60 e 70, as peças de abertura do TJ relatam cronologicamente os factos como se de um livro de actas se tratasse, anunciando os acontecimentos previstos numa lógica de agenda. O tempo é um valor-notícia menor. Depois da revolução de Abril e até ao início dos anos 90, os alinhamentos ganham velocidade. Os acontecimentos continuam a reflectir a actualidade do dia, mas encurtam o intervalo entre o tempo do acontecimento e o tempo da notícia. Percebe-se que a redacção da RTP sabe que o mundo corre depressa, embora o TJ nem sempre consiga acompanhar o ritmo vertiginoso daquilo que é imprevisível. No dealbar do século XXI, há uma tendência para noticiar acontecimentos ainda em desenvolvimento. A RTP percebe que o mundo corre a grande velocidade e o TJ parece andar ainda mais rápido. O tempo é um valor-notícia que remete para o que está/vai acontecer.

Gráfico 1
Grau de (im)previsibilidade dos acontecimentos em notícia entre 1959 e 2009
(valores percentuais)



Quanto aos temas que abriram o *Telejornal* ao longo destes 50 anos, nota-se um predomínio dos assuntos políticos, embora essa hegemonia tenha vindo a perder espaço. Durante o Estado Novo, mais de 80 por cento das edições estudadas abriram com peças políticas, um valor que cai para metade meio século depois. A partir do 25 de Abril, cresce o número de peças de temática social que, nos anos mais recentes, quase coincide com as notícias do campo político. Refira-se igualmente a visibilidade conquistada pelos temas económicos a partir da segunda metade dos anos 70 e, nos últimos anos, o tímido crescimento dos tópicos culturais ou desportivos (aqui com o predomínio do futebol) na abertura do TJ.

Gráfico 2
Categorias temáticas da notícia de abertura do *Telejornal* entre 1959 e 2009
(valores percentuais)



5. Notas conclusivas

Em que medida uma única notícia nos pode servir de indicador sobre as tendências de um serviço noticioso e ser tomada como significativa no contexto de um alinhamento? Esse é o desafio subjacente ao trabalho de que este texto dá conta. Apesar dos limites, há bons motivos para pensar que, a exemplo do principal título de primeira página de um jornal, a peça de abertura do *Telejornal* significa qualquer coisa. Isto é: foi colocada a abrir por algum motivo de importância atribuída. Nessa medida, pode ser tomada como indicador, sintoma e revelador, quer de um ponto de vista conjuntural quer diacrónico.

Observamos, em primeiro lugar, aquilo que poderia ser designado como o culto das personalidades que, de alguma forma, se associavam ao poder, no regime a um

tempo autoritário e paternalista (Williams, 1978: 125-126), deposto pelo movimento dos capitães, em Abril de 1974. Secundarizando os motivos e as circunstâncias espaço-temporais dos acontecimentos, os holofotes projectam-se sobre as individualidades, escamoteando os assuntos. Como que a dizer-nos (a televisão oficial) que quem decide lá sabe o que faz. A nós, gente comum, bastar-nos-ia saber não o que eles fazem e o que acham as pessoas do que eles fazem, mas que eles lá estão, viajando, inaugurando, recebendo, discursando... funcionando, para nosso bem. A instituição da censura lá estava para prevenir qualquer veleidade ou desatenção. O problema da relação com o tempo da notícia, isto é, com o moderno conceito de actualidade jornalística, sendo também um problema técnico, era certamente mais do que isso, na década de 60: noticiar algo acontecido três ou quatro dias antes exprimia simultaneamente uma vivência de um tempo mais lento, mais “rural”, poderíamos dizer, e também uma relação cautelosa e controlada na aproximação a (e gestão de) esse mesmo tempo. Nos primeiros anos do *Telejornal*, era mais rápido pegar nas imagens e textos das agências internacionais e apresentar notícias enxutas, ainda que não anódinas, relativas ao que se passava além-fronteiras do que cobrir um acontecimento em Coimbra ou na Guarda, transportar as imagens para Lisboa ou para o Porto, editá-las e dar a notícia no mesmo dia. Mas esses constrangimentos operavam de modo funcional ao ritmo e à lógica oficiais.

Note-se que o *Telejornal* assume, como bem demonstrou Francisco Rui Cádima (1996), uma faceta e um papel paternalistas, se entendermos este conceito, na esteira de Raymond Williams, como expressão de um sistema autoritário com ‘valores’ e ‘objectivos’ que estão para lá da manutenção do poder: afirmam “o dever de protecção e de orientação” que implica controlo (Williams, *ibid.*). Ora, se toda a representação jornalística constitui por si mesma uma forma de escolher e enfatizar certos aspectos da realidade social em detrimento de outros, em contextos como aquele que Portugal viveu até 1974, isso adquire contornos e alcance mais vastos e profundos, dado que as matérias sobre as quais só o silêncio se admitia eram muitíssimo mais vastas.

Há, assim, que chamar a atenção para o que significa a revolução dos cravos, neste contexto. A liberdade de expressão que conflitualmente se vai conquistando é não apenas a possibilidade de falar, escrever e mostrar o lado silenciado da política, mas descobrir e surpreender-se com facetas de um país que haviam sido sistematicamente arredadas da visibilidade pública. O que ocorre a partir de então – e que é, a bem dizer, uma tarefa não terminada e, em rigor, interminável – é o processo de construção do profissionalismo jornalístico. Cobrir os assuntos não porque é A ou B o protagonista, mas porque é de interesse público o que está em jogo; tratar matérias que passam pelas instâncias do poder, mas que não hesitam em trazer à luz do dia o que de menos digno se acoberta sob a sua órbita. Atenção a novos assuntos e a novos grupos sociais; enriquecimento dos critérios de selecção e de hierarquização; assunção da função de escrutínio do(s) poder(es); uma linguagem mais directa, ágil e incisiva; ensaios de novos formatos e de um progressivo recurso ao directo – tudo isso faz parte dessa aprendizagem e desse capital de experiência que, não sem contradições e conflitos, se vai impondo, em especial com a entrada em cena dos serviços noticiosos dos canais privados de televisão. Neste enquadramento, a notícia de abertura vai ganhando em riqueza formal e em velo-

cidade, mas mantém uma focagem excessivamente polarizada na vida política e centrada na capital do país. Ou seja, visto pela luneta da notícia de abertura, o *Telejornal* parece não ter arrepiado caminho, continuando, algo autisticamente, a mover-se num universo aperreado.

Trabalhos mais aprofundados, que se debrucem sobre a totalidade dos alinhamentos poderão enriquecer ou questionar o retrato que aqui traçamos. Fica, para já, este pontapé de saída.

Bibliografia

- Bardin, Laurence (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, N. (2002). *O Espectáculo das Notícias: A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Editorial Notícias.
- Cádima, F. R. (1996) *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Quivy & Campenhoudt (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Lopes, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Ed. Minerva.
- Reis, António (coord.) (1994). *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vasterman P. L. M. (2005). “Media-Hype. Self-Reinforcing News Waves, Journalistic Standards and the Construction of Social Problems”. *European Journal of Communication*, Vol. 20, No. 4, 508-530.
- Williams, R. (1978) *Los Medios de Comunicación Social*. Madrid: Ediciones Peninsula (ed. original: 1962, Penguin, London).